

Coletânea  
**Economia Solidária**

**Desenvolvimento Territorial, Cadeias  
Produtivas e Redes como estratégia de  
Desenvolvimento Sustentável**



Coletânea

# Economia Solidária



## Desenvolvimento Territorial, Cadeias Produtivas e Redes *como* estratégia de Desenvolvimento Sustentável



# DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, CADEIAS PRODUTIVAS E REDES COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

## MINISTÉRIO DO TRABALHO

### Ministro do Trabalho

Ronaldo Nogueira de Oliveira

### Chefe de Gabinete do Ministro

Ricardo Costa Gonçalves

### Secretário-Executivo

Antônio Correia de Almeida

### Subsecretário Nacional de Economia Solidária

Natalino Oldakoski

### Equipe Técnica da Fundação Unirtrabalho

Sônia Marise Salles Carvalho (Diretora Executiva)

Pedro Henrique Isaac Silva (Diretor Administrativo Financeiro)

Laudemir Luiz Zart (Diretor de Educação e Trabalho)

Valéria Blumer (Coordenadora Técnica de Projeto)

### Coordenação Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária

Milton de Almeida Barbosa Filho

Nordeste

André Ferreira

Nordeste

Maria da Penha Lage Camargo

Sul

Márcia Bianchi Costa de França

Sul

Robson Grizilli

Sudeste

Tatiana Araújo Reis (IF Baiano – Campus Uruçuca)

Nordeste

Luciano Mina

Sudeste

Reynaldo Norton Sorbille

Sudeste

Sandy Fontoura

Centro Oeste

Kamila Lima

Centro Oeste

Sílvia Monteiro e Silva

Norte

### Organizadores

Reynaldo Norton Sorbille

Sandra Inês Faé

Valéria Blumer

### Desenvolvimento do Conteúdo

Extensão Projetos e Consultoria Eirelli

Maria Paula Patrone Regules

Romeu Baptista Pereira de Lemos

Alessandra Santos Rosa

### Edição

Almas Causas

Camila Aragon

Irene Carbalido

### Projeto gráfico, diagramação, revisão e ilustração

Diagrama Editorial

Guto Sguissardi

Rafael Leme

Talita Canesin

A Coletânea Economia Solidária é uma publicação da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária em parceria com a Fundação Unirtrabalho.

**A Coleção é fruto da reflexão, demandas e construção dos gestores e atores da Economia Solidária, em especial agradecimento ao Prof. Paul Singer, estendida a toda sua equipe da Secretaria Nacional de Economia Solidária.**

# Sumário



**Apresentação ..... 5**

**Rede de Gestores de Políticas  
Públicas de Economia Solidária..... 7**

O que é a Rede de gestores? ..... 7

Como Funciona?..... 8

**Desenvolvimento Local Sustentável  
Solidário ..... 11**

O que se entende por Desenvolvimento  
Local: um pouco do histórico Nacional..... 12

Os Sujeitos Sociais e a Economia Solidária  
na Construção do Desenvolvimento ..... 15

O Papel do Estado para o Desenvolvimento  
Local Integral Sustentável e Solidário - DLISS . 18

O Contraponto da Economia Solidária..... 20

A Abordagem Territorial ..... 20

Tecnologia Social..... 21

Economia Popular..... 22

Metodologia para o Desenvolvimento Local... 23

Percurso Metodológico..... 24

Propostas de Etapas para o Desenvolvimento  
Local Participativo e Sustentável ..... 27

**Bancos Comunitários: Uma Prática de  
Finanças Solidárias no Brasil .....29**

Origem dos Bancos Comunitários ..... 30

A Rede Brasileira ..... 30

**Explorando as Cadeias Produtivas Solidárias. . 31**

Uma Experiência de uma Cadeia  
Produtiva Solidária: ..... 31

Cadeia Produtiva Solidária do Algodão Agroecológico .... 31

Cadeia Produtiva da Apicultura ..... 34

Cadeia Produtiva da Pesca Artesanal ..... 34

Rede Mandioca como Experiência de  
Desenvolvimento Territorial Sustentável ..... 35

O Programa Bahia Solidária ..... 36

Fomento ..... 37

Formação e Divulgação ..... 38

Marco Legal da Economia Solidária da Bahia ..... 39

Microcrédito e Finanças Solidárias ..... 39

**Links úteis ..... 40**

**Referências Bibliográficas.....41**

# Apresentação

A Coletânea Economia Solidária traz um conjunto de instrumentos para implementação de políticas públicas relacionadas à temática da Economia Solidária. Aqui, você vai encontrar o acúmulo de tecnologia social desenvolvido pela Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária e as práticas em políticas públicas de Economia Solidária. Assim, nosso desafio é disseminar esses conhecimentos e, ao mesmo tempo, ultrapassar os desafios e limites encontrados.

Nesta coletânea, você vai saber mais sobre a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, o que ela faz, e como pode participar dela.

Além disso, você perceberá que cada estratégia de participação tem diretrizes, princípios e resultados a serem alcançados, os quais serão aprofundados em cada uma das publicações desta mesma coleção.

Nesta cartilha, abordaremos a importância do envolvimento dos diversos segmentos - gestores públicos, empreendimentos econômicos solidários, movimentos e organizações da sociedade civil - na organização do movimento de economia solidária no Brasil. Ademais, faz-se necessária a estruturação de uma gestão pública democrática que garanta, desde a sua concepção até a sua implementação, mecanismos e instrumentos de participação e controle social.

A responsabilidade com o público atendido é grande em virtude das necessidades de estruturação dos empreendimentos econômicos, que demandam **instrumentos públicos permanentes** para torná-los sustentáveis. É de responsabilidade dos gestores públicos contribuir com a consolidação da política de Economia Solidária, rompendo o desgaste existente por causa da descontinuidade de projetos, e fortalecendo a confiança entre os municípios e o Estado.

Para assegurar a continuidade da política pública para além do tempo de uma gestão, seja ela municipal, estadual ou federal, sugere-se o desenvolvimento de estratégias de promoção da participação democrática na Economia Solidária e constituição das instâncias com verdadeira participação e transparência para um controle social mais efetivo da política.

Compreendendo aqui a extensão e diversidade territorial do país, destacamos que não existem receitas prontas. Portanto, buscaremos apresentar orientações, diretrizes, instrumentos e referências para subsidiar os gestores públicos que queiram implementar a política de economia solidária em seus municípios e estados.

**Boa leitura!**

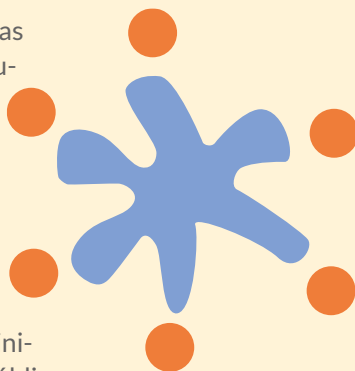
# Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária

## Você sabia?

Em 2003, os gestores públicos de todo o país se mobilizaram, integrando suas agendas e experiências para formar a Rede de Gestores de Economia Solidária. Essa rede tem como objetivos articular as iniciativas governamentais, ampliar os instrumentos públicos para o fomento e desenvolvimento da economia solidária e fortalecer a participação social nas decisões e formulações das políticas públicas.

## ● O que é a Rede de gestores?

A Rede é uma articulação de gestores e gestoras de políticas de Economia Solidária de Prefeituras e Governos Estaduais, e existe para proporcionar intercâmbio, interlocução, interação, sistematização, proposição de políticas públicas governamentais e realização de projetos comuns para o fomento e desenvolvimento da economia solidária, buscando qualificar as ações desenvolvidas pelos órgãos de governo para esse segmento. Surgiu por iniciativa de gestores e gestoras de políticas públicas, que passaram a ser demandados pelos trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária de diversos setores, e que cada vez mais ocupam um lugar relevante na promoção do desenvolvimento local.







Atualmente, a Rede é composta por mais de 200 administrações municipais e estaduais que fomentam políticas públicas de economia solidária no país.

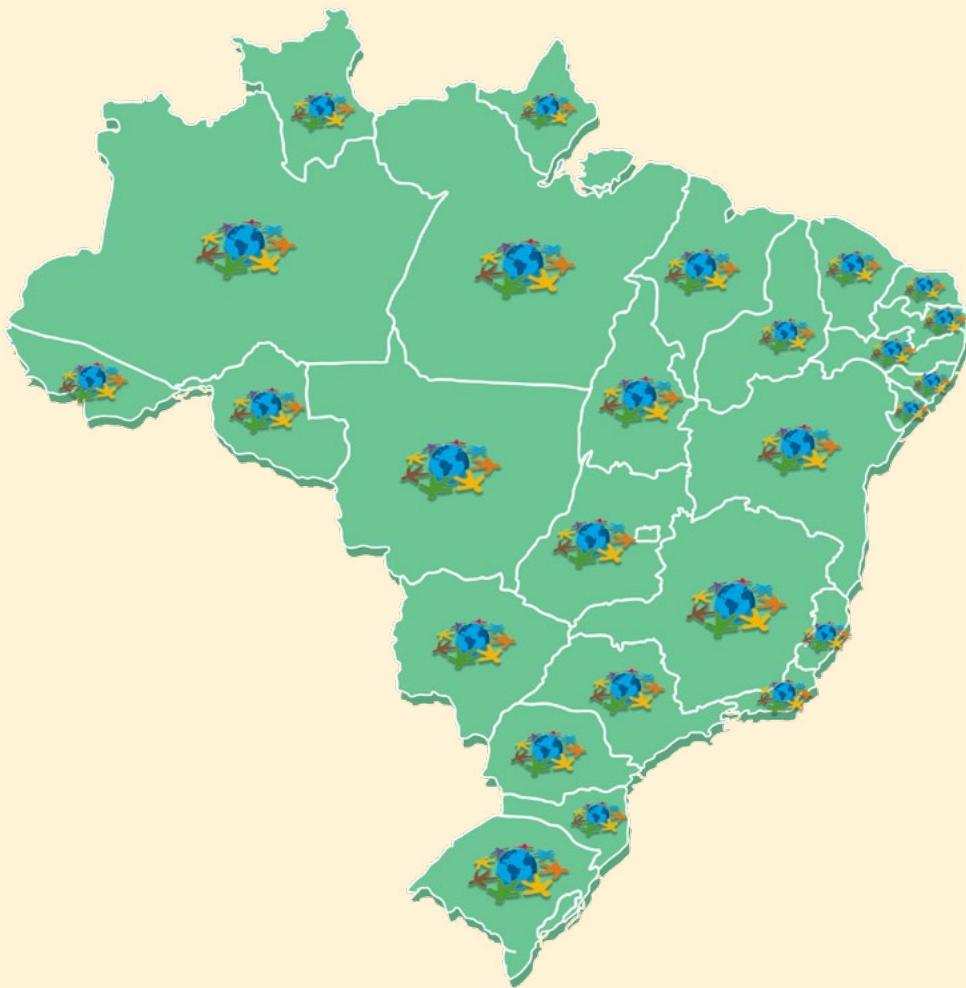
A Rede de Gestores participa do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e de outros espaços públicos que tratam desse segmento. Ela busca estimular e desenhar parcerias entre as prefeituras e governos estaduais com outros órgãos públicos responsáveis por políticas que interessam à economia solidária, como as instituições financeiras e de fomento, as universidades e os órgãos de pesquisa. Além disso, busca parcerias com o intuito de realizar atividades e projetos comuns à própria Rede, como é o caso da formação de gestores e gestoras.

**Art. 1º** (...) Trata-se de uma articulação de Gestores de Políticas de Economia Solidária de Prefeituras e de Governos Estaduais, que existe para proporcionar interlocução, interação, sistematização, proposição de políticas públicas governamentais e realização de projetos comuns para o fomento e desenvolvimento da economia popular solidária. (Rede de Gestores, 2014)

## ● Como Funciona?

A Rede de Gestores é uma forma de articulação e, nesse sentido, não tem personalidade jurídica, mas sim um grau de organização que lhe permite construir uma agenda comum entre seus membros. Suas discussões e decisões ocorrem em plenárias com os gestores e pela coordenação composta por representantes regionais e um (a) coordena-

nador (a) geral. A coordenação tem a atribuição de fazer a animação, a divulgação e de buscar o envolvimento de novos gestores e gestoras na Rede. O (a) coordenador (a) é responsável pela manutenção de uma Secretaria Executiva, cujas atribuições são: animar e manter a comunicação, organizar os eventos da rede, fazer a memória, monitorar a execução das ações previstas e representá-la junto a outras entidades ou organizações em colaboração com a coordenação. Em determinadas situações, a REDE também se vale de grupos de trabalho ou grupos temáticos para tratar com maior profundidade de alguns assuntos.



## Como participar ?

Existe um conjunto de critérios para os gestores públicos participarem da Rede de Gestores.

- Aderir aos objetivos da Rede de Gestores e contribuir para enfrentar seus desafios;
- Manifestar concordância com os princípios e a plataforma do Fórum Brasileiro de Economia Solidária;
- Participar dos Fóruns Estaduais e Municipais de Economia Solidária;
- Desenvolver políticas de fomento à economia solidária.

Saiba mais em [www.rededegestoresecosol.org.br](http://www.rededegestoresecosol.org.br)

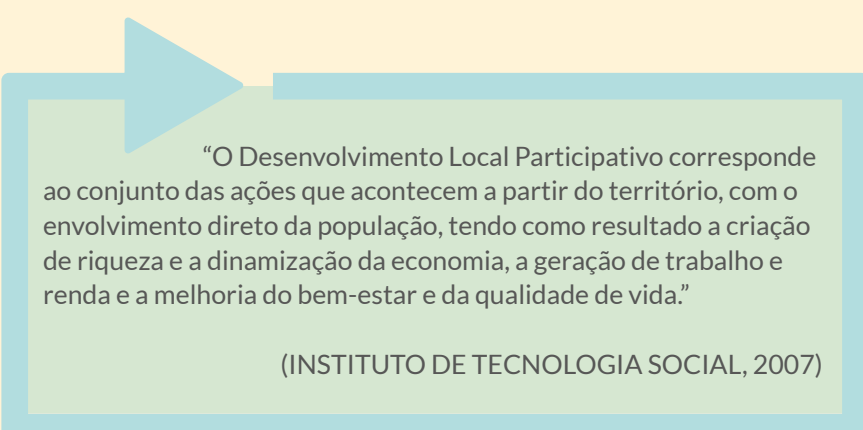
## Formação continuada de Gestores Públicos

Desde a sua criação, a Rede vem desenvolvendo importantes processos formativos para as gestoras e gestores. Saiba mais em outras cartilhas da nossa coletânea e no website [www.rededegestoresecosol.org.br](http://www.rededegestoresecosol.org.br)

PARTE I

# Desenvolvimento Local Sustentável Solidário





“O Desenvolvimento Local Participativo corresponde ao conjunto das ações que acontecem a partir do território, com o envolvimento direto da população, tendo como resultado a criação de riqueza e a dinamização da economia, a geração de trabalho e renda e a melhoria do bem-estar e da qualidade de vida.”

(INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL, 2007)

## ● O que se entende por **Desenvolvimento Local: um pouco do histórico Nacional**

Durante a Segunda metade do Século XX, uma ideia predominou nos debates econômicos e políticos: a de que o progresso econômico poderia diminuir o fosso entre os países desenvolvidos e os não desenvolvidos. Os países da periferia do capitalismo e do terceiro mundo, através do desenvolvimento econômico, poderiam se transformar em países desenvolvidos.

Na América Latina e, particularmente, no Brasil, os projetos nacionais de desenvolvimento que surgiram na década de 50, através do Centro de Estudos e Planejamento da América Latina – CEPAL (Chile) e a partir da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, com Celso Furtado, estabeleciam uma estratégia de desenvolvimento econômico com um viés nacionalista. Estes modelos foram conhecidos na época como nacional-desenvolvimentista ou estruturalista-histórico. (GOULART,2006)

Ainda nesta reflexão, foi criado o conceito de desenvolvimento endógeno e de desenvolvimento exógeno.

**Desenvolvimento Exógeno:** trata-se do modelo que utiliza, essencialmente, os fatores externos do território; ou seja, não são utilizados os recursos da região. Desta forma, há uma tentativa de forçar a adaptação e adequação dos territórios de acordo com a estrutura e cultura de quem está entrando, impondo padrões socioculturais, aspectos econômicos e recursos estritamente do entrante, impedindo o crescimento da região em sua essência.

**Desenvolvimento Endógeno:** neste modelo, as potencialidades socioeconômicas e ambientais do território são levadas em consideração e potencializadas a partir de um diagnóstico. Os fatores exógenos são avaliados a partir de sua pertinência para o território. É importante ressaltar que, neste modelo, os “pequenos” (como microempresas, arranjos, incubadoras e, principalmente, empreendimentos econômicos solidários) possuem mais possibilidades de ações e participação<sup>1</sup>.

Na Conferência de Estocolmo sobre Ambiente Humano, a qual ocorreu em 1972 na Suécia, foi discutido pela primeira vez as dependências entre o desenvolvimento e o meio-ambiente. Este evento deu sequência a inúmeros outros que culminaram com a Conferência da Terra no Rio de Janeiro, em 1992. O conceito sobre o desenvolvimento sustentável construído no Relatório de Brundtland afirma que “desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras atenderem suas próprias necessidades” (GOULART, 2006).

De acordo com a Declaração da Conferência de Estocolmo (1972), em um processo que se tornou mais dinâmico a partir da década de 80 e 90 do Século XX, podemos destacar três motivações de ordem política: o incentivo à descentralização da gestão pública e a implantação de programas e projetos de combate à pobreza; a resposta teórica de intelectuais à crise mundial da década de 70, que valoriza o local e constrói metodologias endógenas de planejamento e mobilização das capacidades locais para promoção do desenvolvimento; e quando forças de centro-esquerda passam a disputar a hegemonia nas gestões

---

1 Mais informações consultar o link: <http://www.adej.org.br/desenvolvimento.asp#p4>

municipais com propostas democráticas e participativas que promovem e implantam políticas locais, notadamente às de geração de trabalho e renda, que possam fazer frente ao desemprego e à extrema pobreza. Nesta nova dinâmica, as dimensões do desenvolvimento sustentável estavam presentes no escopo dos projetos em implantação. (DE ESTOCOLMO, 1972).

No caso das gestões municipais com propostas democráticas e participativas, é emblemático o exemplo do programa Santo André Mais Igual<sup>2</sup>, que reuniu 19 programas municipais que se articulam nos territórios a partir do diagnóstico e de indicadores socioeconômicos municipais. Foi iniciado no primeiro governo do Prefeito Celso Daniel entre os anos de 1989 e 1992 (BRASIL, ODM 2005).

## Você sabia?

Em “Produzir para Viver”, Boaventura de Souza Santos sugere uma tipologia dos processos de desenvolvimento local sustentável:

- A dimensão econômica não é autônoma e deve refletir os interesses da vida social;
- O desenvolvimento deve apontar para a cidadania com igualdade de oportunidades e condições de inclusão dos setores marginalizados;
- Os processos de construção destes projetos devem nascer a partir da base social onde está instalada;
- Ter seus objetivos centrados no local; o desenvolvimento nasce a partir de uma negação a dois tipos de organização de produção que são capitalistas e a dos regimes econômicos centralizados pelo estado;
- Se organizam economicamente em empreendimentos econômicos coletivos e populares com gestão e propriedade democrática.

(SANTOS, 2002)

---

2 Santo André é um dos sete municípios que compreende a Região denominada Grande ABC Paulista.

## ● Os Sujeitos Sociais e a Economia Solidária na Construção do Desenvolvimento

Os sujeitos sociais promotores desse novo cenário de produção, identificado por Santos (2002), são as organizações não governamentais, os movimentos sociais, comunidades e setores governamentais da periferia e semiperiferia do capitalismo, o movimento ecológico com as propostas de desenvolvimento sustentável e eco desenvolvimento, o movimento feminista que vem lutando pelo reconhecimento do trabalho feminino e os programas de microcrédito.

O autor identifica um viés contraditório dentro deste processo quando este se exaure apenas na dimensão do crédito, não avançando no apoio à organização socioeconômica dos produtores; aos movimentos sociais e populares da cidade e campo; e aos processos de desenvolvimento local com a constituição de bancos comunitários, organização do consumo solidário e relações de trabalho com princípios de reciprocidade.





Estudos sobre o papel dos mediadores – gestores públicos – na promoção da Economia Solidária destacam a capacidade das gestões públicas de gerar escala em iniciativas de desenvolvimento endógeno, através de políticas locais de promoção da Economia Solidária, sustentando sua análise a partir da observação da ampliação das iniciativas existentes ou no fomento de novas iniciativas de EES a partir de gestões públicas municipais e estaduais comprometidas com outra forma de prática política e de projeto de desenvolvimento da sociedade. Ele diz o seguinte:

“...O destino da Economia Solidária depende igualmente de um novo sistema de regulação, capaz de organizar de maneira dinâmica as regras do jogo econômico e de estender as práticas da autogestão para viabilizar uma transposição de escala das iniciativas que se difundem em pequena dimensão. Portanto, uma questão política de escolha de modelos de desenvolvimento, de apelo e de reforço de novos atores sociais e de orientação dos recursos públicos. Seu progresso exige que a questão seja assimilada pelas instituições políticas e se reflita nas condutas do Estado...” (GAIGER, 2004)

De acordo com Sousa (2017), a Economia Solidária diferentemente do sistema capitalista, não busca a acumulação, mas prioriza o cuidado com o planeta e com os sujeitos presentes nele. Nesse conceito, os indivíduos se relacionam de forma solidária entre si e com o meio. Nesse



## REUNIÃO DO CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA



sentido, todas as ações voltadas para a produção provêm de necessidades reais por meio de ações responsáveis. Assim, a Economia Solidária no Brasil tem os predicados necessários para se constituir enquanto um processo de desenvolvimento local, a partir das relações de reciprocidade, solidariedade e partindo das capacidades endógenas.

As lutas que os atores sociais da Economia Solidária no Brasil enfrentam são pelo reconhecimento e conquista de direitos dessa outra economia. O processo de democratização do Brasil possibilitou a conquista de direitos quanto à liberdade de expressão, de organização social e de escolha de seus representantes, mas não conseguiu garantir, ainda, direitos universais para as questões como trabalho e renda, habitação, saneamento, educação e acesso à terra. O que se percebe é que existe um espaço privilegiado de articulação de práticas de economia popular e solidária com os processos de desenvolvimento local.

Os empreendimentos dificilmente conseguem garantir sua sustentabilidade sem a constituição de redes de solidariedade. Este espaço de articulação extrapola as questões meramente econômicas e lança luzes para a refundação dos laços comunitários e societários esgarçados pelas formas anteriores de dominação, e pelas atuais de exclusão.

A construção da Economia Solidária vem acontecendo de maneira sistemática no Brasil, na América Latina e no mundo. No Brasil especificamente, tem tido um forte desenvolvimento com uma participação de três instâncias, que se apoiam e se inter-relacionam sendo elas: os empreendimentos econômicos solidários, as entidades de apoio e fomento e os gestores públicos municipais, estaduais e federais.

(LIANZA e HENRIQUES (org), 2012)

Para de França (2006), é mais importante a dimensão sociopolítica explícita na Economia Solidária enquanto semente de projeto de futuro, que a constatação de ser ou não uma economia não capitalista. O fator principal é a negação ao economicismo e a prática e compreensão de uma economia plural.

## ● O Papel do Estado para o Desenvolvimento Local Integral Sustentável e Solidário - DLISS

A Economia Solidária no Brasil é um setor que tem ficado invisível para o Estado e suas políticas. O estado brasileiro está arquitetado para promover o desenvolvimento capitalista. Segundo Santos (2008) a economia tem dois circuitos: como já citado anteriormente, um deles é o superior, onde estão os grandes empreendimentos, os capitalistas e, para este circuito, o Estado brasileiro tem sido funcional do ponto de vista financeiro, do desenvolvimento tecnológico e das leis que o amparam e o protegem. Há, ainda, outro circuito, o inferior, em que o Estado, historicamente, não tem sido funcional. Nele, hegemonicamente, encontra-se a ampla maioria das práticas de Economia Solidária, economia popular e tecnologia social. O reconhecimento da Economia Solidária, necessariamente, terá que fazer com que o Estado brasileiro apoie e fomenta as iniciativas, tornando-se funcional em relação ao circuito inferior da economia brasileira. Isso é uma das

consequências da instauração de políticas públicas de Estado para este segmento.

A despolitização do Estado e a desestatização da regulação social são decorrentes do enfraquecimento do contrato social. Isso tem causado o enfraquecimento dos estados nacionais. Sendo assim, atualmente, os bens públicos que foram até agora produzidos pelo Estado estão em disputa. Estes bens são: a legitimidade, o bem-estar econômico e social, a segurança, a identidade cultural, os objetos de disputa e a negociação permanente por diferentes atores sociais. A coordenação desta nova organicidade política é do Estado, mas não existe um centro. Este organismo político é constituído por um conjunto heterogêneo de organizações, fluxos e redes que integram organismos estatais e não estatais. Neste campo de disputa, articulam-se diferentes representantes de concepção da sociedade, em que alguns setores desejam privatizar o público, enquanto as forças democráticas lutam pela democracia distributiva para transformação do Estado em um espaço público não estatal. O espaço público não estatal é um espaço ativo com constante interlocução. E, como contexto político da sociedade e do Estado, trata-se de um espaço de circulação de ideias.



## ● O Contraponto da Economia Solidária

- Os segmentos que participam da Economia Solidária no Brasil pensam e declaram que o Estado deve estar a serviço do público;
- O Estado deve integrar e incluir brasileiros que têm história de exclusão, precarização ou vulnerabilidade;
- Uma integração por meio da autonomia e responsabilidade, através de planejamento, monitoramento e avaliação das políticas.

## ● A Abordagem Territorial

Trata-se de uma metodologia para favorecer processos de desenvolvimento. Os agentes locais (públicos e da sociedade civil organizada) se mobilizam em torno de uma visão de futuro a partir de um diagnóstico e da elaboração de um projeto de desenvolvimento. Após a projeção de cenários, deve haver a possibilidade de implantação de projetos de Economia Solidária integrados, a fim de garantir o acesso a investimentos, formação, assessoria técnica, comercialização e articulação dos EES no território. Esta metodologia deve ter o cuidado de manter a visão para se aperfeiçoar espaços, atores, políticas de produção da riqueza, solidariedade, respeito à diversidade, justiça social e inclusão social.

Alguns projetos foram implantados nacionalmente, segundo esta perspectiva: Projeto de Etno desenvolvimento Econômico Solidário das Comunidades Quilombolas e o Programa Brasil Local. Outros programas são estaduais ou, ainda, municipais, e estão em articulação ou não com estes programas estruturantes promovidos pelo Governo Federal por meio da SENAES. Ainda podemos citar os programas com abordagem territorial, como o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PRONAT, Programa Territórios da Cidadania.



## ● Tecnologia Social

A tecnologia social é um método criado que permite a promoção da inclusão social e das condições de vida a partir de metodologias transformadoras e um conjunto de técnicas aplicadas a partir da interação e apropriação pela população (INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL, 2004). Um conjunto de diretrizes foi estabelecido para que sejam identificadas como um processo de produção em Tecnologia Social (TS): compromisso com a tecnologia social; criação de espaço para descoberta de demandas e necessidades sociais; relevância e eficácia social; sustentabilidade socioambiental e econômica; inovação; organização e sistematização; acessibilidade e apropriação das tecnologias; processo pedagógico para todos os envolvidos; planejamento, acompanhamento e avaliação participativa e inclusão do cidadão no processo democrático.



A diferença entre a Tecnologia Apropriada e a Social é que o novo conceito supera alguns postulados ainda aceitos, como o de transferência de tecnologia. Na tecnologia social, o cerne é a construção do processo democrático participativo e a ênfase na dimensão pedagógica. As comunidades envolvidas deixam de ser atores passivos do desenvolvimento tecnológico.

## ● Economia Popular

A Economia Popular tem como uma de suas características o envolvimento da atividade econômica com as atividades cotidianas das pessoas e famílias. Um traço comum é que os empreendimentos surgem e se desenvolvem a partir da solidariedade primária e secundária, forjadas nos territórios de pertencimento dos cidadãos. Kraichete conceitua a Economia Popular da seguinte forma:

“Essa economia dos setores populares abrange tanto as atividades realizadas de forma individual ou familiar, como as diferentes modalidades de trabalho associativo, formalizadas ou não. Diferentemente do que ensinam os manuais de administração e economia, os empreendimentos da economia dos setores populares não separam o dinheiro do negócio das despesas domésticas. Na gestão cotidiana do negócio





um(a) trabalhador(a) não separa o uso do açúcar comprado para fazer o alimento que produz para vender, do açúcar que usa no café da manhã dos filhos. O mesmo açúcar é um custo variável para o negócio, mas um bem de consumo para a família. Para muitos empreendimentos da economia dos setores populares, os bens de consumo duráveis representam instrumentos e meios de trabalho. É o caso, por exemplo, do fogão e da geladeira para um grande número de mulheres que, dentro de casa, produzem e vendem alimentos”. (KRAYCHETE, 2012).

De acordo com a perspectiva de Kraychete (2000), os empreendimentos de economia popular, apesar de colaborativos e justos, provêm de um meio para sustento e trabalho. Assim, cabe aos gestores de políticas públicas estabelecerem políticas de aportes econômicos e sociais que fomentem estes empreendimentos por meio de iniciativas como o microcrédito, por exemplo.

## ● Metodologia para o Desenvolvimento Local

Um problema recorrente nas políticas públicas é em relação ao diagnóstico socioeconômico das áreas de abrangência da ação. Isso decorre da dificuldade das metodologias de diagnóstico em obter cenários aproximados das realidades locais. As políticas públicas no território necessitam de pesquisas sociais exploratórias para se aproximarem



o máximo possível da realidade. Existe um problema em relação às pesquisas sem o envolvimento das comunidades. A sociedade civil vê com desconfiança o Estado, e o percebe com frequência como um ente que tem como objetivo cercear seus direitos ou criar problemas nas estratégias familiares e comunitárias de reprodução da vida. O resultado é que, em geral, os questionários preenchidos não condizem com a realidade socioeconômica, nem com a percepção da comunidade em relação às suas expectativas.

Os pesquisadores perceberam que, ao aumentar a interação entre pesquisador e pesquisado, o grau de precisão das respostas aumentavam. Hoje existe um leque grande de metodologias participativas e interativas para investigação. A pesquisa-ação realiza a investigação com pesquisadores envolvidos com a questão. Ela faz a reflexão e elabora a ação a partir do diagnóstico percebido nos instrumentos de pesquisa.

A pesquisa-ação surgiu no pós-guerra, através da constatação de que as respostas individuais não retratavam a situação coletiva, nem detectavam mudanças coletivas. A pesquisa começou a ser realizada com indivíduos que vivenciavam o problema. Com este método, a separação rígida entre pesquisadores e pesquisados deixa de existir, uma vez que ela promove uma interação entre membros da situação observada e organiza a reflexão grupal sobre o tema em questão.

No Brasil, a pesquisa-ação se articulou com a pesquisa participante. Nesta metodologia, os atores (os excluídos) têm voz e têm suas demandas inseridas nos diagnósticos ou projetos de intervenção.

## ● **Percurso Metodológico**

Abaixo, e com objetivo de ilustração, mostramos uma metodologia de aplicação da pesquisa-ação, a qual é utilizada em processos de desenvolvimento territorial. As equipes são formadas de pessoas das próprias regiões onde se realiza a pesquisa.

<b>Etapas</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Atividades</b>			
<b>Etapa 1</b>	Formação da Equipe	Atividades de formação	1 seminário – procedimentos administrativos	2 seminário – conteúdo da economia solidária	Iniciar contato com possíveis interessados em participar da equipe
<b>Etapa 2</b>	Envolvimento dos atores locais	Comitês locais de pesquisa – espaços de diálogo e canais de comunicação		Devolutivas – Espaço de reflexão e ação. Consolidação do plano	
<b>Etapa 3</b>	Reconhecimento do Território	Delimitação da área que será objeto da pesquisa		Identificação visual do território	
<b>Etapa 4</b>	Levantamento de informações complementares	Conhecer a dinâmica local e aprofundar no campo as informações necessárias em temas	Procura informar: dados gerais sobre a comunidade; localização; ocupação; história da comunidade; dados socioeconômicos; educação; saneamento; assistência social; atividades econômicas; projetos e parcerias		Mapeamento dos atores sociais
<b>Etapa 5</b>	Instrumentos de coleta de informação	Elaboração	Pré-teste		Aplicação
<b>Etapa 6</b>	Pesquisa Qualitativa	Aprofundamento de questões sensíveis com pequenos comitês locais			

Mas como é possível formular um processo de desenvolvimento local a partir das metodologias participativas e a inovação tecnológica – tecnologia social? Veremos isso agora.

Uma das tecnologias sociais disponíveis que trabalha com pesquisa destaca 12 características fundamentais para um processo de desenvolvimento local. Mas antes de apresentá-las, é necessário enfatizar que não existe uma tecnologia apenas para o Desenvolvimento Local Integrado Solidário e Sustentável - DLISS. Há muitas



tecnologias, e todo processo social é dinâmico. No entanto, essas características devem estar presentes para garantir o bom andamento do processo.

## Você sabia?

### AS 12 CARACTERÍSTICAS DE UMA METODOLOGIA DE TECNOLOGIA SOCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL PARTICIPATIVO

- 1) Compromisso com a transformação social;
- 2) criação de um espaço de descoberta de demandas e necessidades sociais;
- 3) relevância e eficácia social;
- 4) sustentabilidade socioambiental e econômica;
- 5) inovação;
- 6) organização e sistematização;
- 7) acessibilidade e apropriação das tecnologias;
- 8) um processo pedagógico para todos os envolvidos;
- 9) diálogo entre diferentes saberes;
- 10) difusão e ação educativa;
- 11) processo participativo de planejamento, acompanhamento e avaliação;
- 12) construção cidadã do processo democrático

(INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL, 2007)

## ● Propostas de Etapas para o Desenvolvimento Local Participativo e Sustentável

Um processo de Desenvolvimento Local Participativo Sustentável requer três etapas:

1ª Etapa: Sensibilizar, motivar e mobilizar.

2ª Etapa: Diagnosticar e planejar.

3ª Etapa: Implantar, monitorar e avaliar.

Na primeira etapa ocorre o envolvimento da comunidade com o processo. Para isso, é necessário estabelecer os vínculos do trabalho com os anseios da comunidade. Por meio do diálogo social intenso, será necessário desenvolver a vontade de mudar, e a confiança no processo proposto. Após a primeira fase, o momento é de conhecer e refletir sobre o conhecido. A pesquisa e a proposição são inerentes na segunda fase. Após o planejamento é o momento do monitoramento e avaliação do desenvolvido.



Etapas	Objetivos	Passos			
1ª Etapa	Estrutura sólida para que o Plano de Desenvolvimento Local Sustentável e Solidário - PDLSS possa ter viabilidade.	Dinamizar a cidadania ativa da comunidade – identificar os diferentes atores locais; analisar sua capacidade de mobilização, história de lutas, disponibilidade, identificar entidades com capacidade.	Elaborar o pró-diagnóstico – identificação dos principais problemas e necessidades. Este momento deve haver um grande processo educativo e de empoderamento.	Criar a estrutura social da participação – criação do Conselho de Desenvolvimento Local. Este conselho fará a gestão do Projeto de Desenvolvimento Local.	
2ª Etapa	Visualização de um futuro para a comunidade local.	Recolher informações para o diagnóstico – base socioeconômica e do meio físico e capacidade da comunidade para o desenvolvimento local.	Elaborar documento de diagnóstico e Plano de Desenvolvimento Local com obj. geral e específico, estratégias, e projetos prioritários.	Escolher os projetos prioritários considerando os com maior viabilidade.	Realizar ampla aprovação e adesão ao plano.
3ª Etapa	Transformar em realidade a visão de futuro realizada no Plano de Desenvolvimento.	Planejar cada projeto prioritário: objetivos, recursos necessários, equipe responsável, prazos, ações principais, metodologia, etc.	Captar recursos financeiros e humanos para implantação dos projetos.	Fazer o Planejamento, Monitoramento e Avaliação dos projetos. Serão necessárias avaliações periódicas.	

## ● Bancos Comunitários: Uma Prática de Finanças Solidárias no Brasil

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) considera que o campo das Finanças Solidárias no Brasil é formado por três segmentos: Fundos Solidários, Cooperativas de Crédito e Bancos Comunitários. Neste texto, vamos refletir apenas sobre os Bancos Comunitários e a participação dos jovens no desenvolvimento deste novo modelo de banco. Para exemplificar, utilizaremos a experiência do Banco Palmas.

## Origem dos Bancos Comunitários

Um dos exemplos mais férteis dos Bancos Comunitários no Brasil é o Banco Palmas do Conjunto Palmeira, em Fortaleza, Ceará. Os moradores do Conjunto vieram de outras áreas da cidade de onde foram expulsos.

No período de criação do Banco, o Conjunto Palmeira contava com 20 mil habitantes, onde o desemprego e a falta de infraestrutura urbana contribuía para os baixos índices de qualidade de vida.

A partir da organização dos moradores em associação, iniciou-se o trabalho para o fomento do desenvolvimento. Em uma pesquisa no local, procurou-se identificar o consumo local das famílias, as marcas dos produtos, onde eram realizadas as compras e o que se produzia.

As respostas obtidas identificaram que 80% das compras eram realizadas fora do bairro, e que 3% dos entrevistados produziam ou comercializavam algum produto.

Os números indicaram as oportunidades que o próprio local oferecia. A partir deles, foi possível perceber o poder do consumo, e que as oportunidades encontravam-se próprio local. A partir do diagnóstico, foi criado o Banco Palmas com linha de microcrédito, uma moeda social com oportunidades de comercialização (SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2011).

## A Rede Brasileira

O Banco Comunitário do Conjunto Palmeira foi criado em 2003. Após 11 anos, já são 103 Bancos Comunitários que fazem parte da Rede Brasileira de Bancos Comunitários (RBBC). Eles estão presentes em assentamentos, comunidades indígenas, ilhas, pequenos distritos e periferias urbanas. Segundo as estimativas da RBBC, um milhão de brasileiros se beneficiam dos impactos da ação (SEGUNDO, 2014).

No Brasil, atualmente, outras organizações são responsáveis também pela criação de Bancos Comunitários.

O Instituto Banco Palmas assim define os Bancos Comunitários: “... são serviços financeiros solidários, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária. Seu objetivo é promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo, baseado no apoio às iniciativas de economia solidária em seus diversos âmbitos, como: empreendimentos sócio produtivos, de prestação de serviços, de apoio à comercialização, e o vasto campo das pequenas economias populares.” (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2017)

## ● Explorando as Cadeias Produtivas Solidárias

### Uma Experiência de uma Cadeia Produtiva Solidária:

#### Cadeia Produtiva Solidária do Algodão Agroecológico

Tudo começou no ano de 2005, no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. Naquele evento foram encomendadas 60 mil bolsas de algodão agroecológico. Este foi o estímulo necessário para que empreendimentos de todo o Brasil se unissem na confecção do material. O fio foi produzido pela CONES e o tecido pela Textilcooper, ambas em São Paulo. A confecção das bolsas foi realizada em Porto Alegre, pela Cooperativa de Costura Univens e outras cooperativas de costura do sul do país (SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2011).

Este foi o pontapé inicial para a reunião em rede de empreendimentos no setor que se propuseram ao avanço e organização de uma cadeia





produtiva do algodão orgânico. Mas ainda seria necessária a produção do algodão. No município de Tauá, no Ceará, agricultores familiares organizados em associação iniciaram a produção do algodão agroecológico. A produção ocorreu em 145 hectares e envolveu 170 produtores.

Foi nesse contexto que a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) iniciou o apoio através de parceria para o apoio e fortalecimento da cadeia produtiva do algodão agroecológico. A cadeia produtiva conta com uma marca lançada no mercado, a Justa Trama.

## Conhecendo a Justa Trama

Cadeia composta por outras sete organizações das cinco regiões do país, cada uma é responsável por uma etapa da produção. Fazem parte desta cadeia as cooperativas:

- Associação de Desenvolvimento Cultural e Educacional (ADEC): plantio do algodão orgânico em Taúa (CE).
- Associação da Escola Família Agrícola da Fronteira (AEFAF): plantio do algodão orgânico colorido, em Pontaporã (MS).
- Cooperativa de Produção Têxtil de Para de Minas (Coopertêxtil): fiação e Tecelagem em Pará de Minas (MG).
- Cooperativa de costureiras Unidas Venceremos (Univens): confecção, em Porto Alegre (RS).
- Cooperativa Açaí: produção de botões e colares de sementes, bonecas dos retalhos, em Porto Velho (RO).
- Cooperativa fênix: confecção de calçados, em Caraá (RS).
- Coletivo Inovarte: bichos e jogos pedagógicos com as sobras da confecção, em Porto Alegre (RS)
- Coletivo PAS: confecção, cordões e tricô, em Itajaí (SC). Todos que compõem a Justa trama são filiados à Unisol Brasil.

A cadeia produtiva que nasceu no plantio do algodão no Ceará, chegou até a comercialização de roupas, reunindo 700 pessoas nos empreendimentos envolvidos. A cadeia produtiva está estruturada nas cinco regiões do Brasil. São homens e mulheres, agricultores, coletores de sementes, fiadores, tecedores, artesãos e costureiras que trabalham nos preceitos da economia solidária, sustentabilidade e comércio justo.

Após 10 anos, a Justa Trama tem sede em Porto Alegre. Na sede funcionam a tinturaria natural e a lavanderia.

## Cadeia Produtiva da Apicultura

A união de entidades de fomento e apoio aos agricultores familiares e de associações de agricultores familiares no Nordeste resultou na criação da Rede Abelha. A iniciativa tem mais de 25 anos de existência.

O importante apoio em forma de parceria com a Secretaria Nacional de Economia Solidária se deu na forma de apoio à construção e estruturação da Casa do Mel, onde é feito o processo de beneficiamento, envasamento e distribuição para comercialização. Isso ocorreu devido à dificuldade de fornecimento do mel com um alto padrão de qualidade, o qual é exigido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

## Cadeia Produtiva da Pesca Artesanal

A iniciativa é fruto de uma articulação de três programas governamentais que, em dois seminários, ainda em 2006, definiram as bases de ação da Rede Solidária da Pesca. As ações da RPS se concentram em fortalecer as comunidades pesqueiras e contribuir para melhorar suas condições de vida. O resgate e a valorização da cultura pesqueira, a gestão do desenvolvimento socioeconômico da cadeia da pesca a partir dos trabalhadores, a gestão social, e a educação popular são alguns dos setores de atuação da RSP.

Sua atuação se estende por quatro estados: Minas Gerais, Rio de Janeiro, Amazonas e Pará. Ela conta com o apoio de universidades, entes governamentais, ONGs, colônias de pescadores, sindicatos e associações que tratam das questões da pesca no Brasil (SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2011).

## **Rede Mandioca como Experiência de Desenvolvimento Territorial Sustentável**

A cadeia produtiva do leite e da mandioca é considerada uma das cadeias mais importantes da agricultura familiar. Recentemente, foi constatado também que o alimento com maior presença na mesa dos brasileiros é a mandioca e seus derivados.

Atualmente, no Maranhão, a mandioca integra 50% da base alimentar da população. Segundo dados do Governo, a produção de mandioca no Maranhão é de 1.145 267 t, ocupando uma área de 151.177 ha com rendimento médio de 7.576 kg/ha. Conforme esses mesmos dados, houve um aumento substancial na área plantada de mandioca na ordem de 40.6% no período de 1996 a 2002.

A mandioca é produzida em todo o território nacional – de norte a sul, e é produzida, principalmente, pelos agricultores mais pobres. A mandioca, além de sua facilidade de plantio e adaptabilidade aos diferentes solos brasileiros, possui um fator importante que é a sua capacidade de armazenamento no próprio solo. Isso quer dizer que o agricultor não precisa colher toda sua produção em apenas um momento. A Mandioca resiste dentro do solo por alguns meses. Isso permite que o produtor não tenha problemas ou custos com o armazenamento. Sua colheita é realizada conforme as necessidades de consumo e comercialização dos agricultores familiares. Além destes predicados, ela é um importante item alimentar que contribui para a segurança alimentar e nutricional da população.

Por todos esses motivos, o setor da produção agrícola recebe o apoio de políticas públicas que possibilitam a transformação do produto em seu beneficiamento primário. Apesar disso, não havia políticas que apoiassem o aumento da capacidade de gestão e da organização da produção para a comercialização.

A Rede Mandioca está presente em todas as regiões do estado do Maranhão. Ela conta com 51 grupos organizados em associações,

cooperativas e/ou grupos informais, trabalhando com um público de aproximadamente 10 mil famílias beneficiadas, todas compostas de agricultores e agricultoras familiares, e com presença em 35 municípios e 70 comunidades rurais.

A Rede Mandioca espera ajudar no resgate do cultivo da mandioca em consorciados com outros produtores; valorizar a comercialização da mandioca, o fortalecimento das organizações de agricultores familiares; difundir variedades de mandioca com maior índice de produtividade; garantir o aumento da renda das famílias e da reprodução da vida.

Os desafios da Rede estão no aumento da qualidade e diversidade da produção, e na conquista de novas políticas públicas para a promoção do desenvolvimento sustentável do setor.

Fonte (RIBEIRO, 2008).

## O Programa Bahia Solidária

O ponto de partida na constituição do Programa foi a Carta do Fórum, que apresentava, entre outras reivindicações, ações relacionadas ao marco legal, a criação de Centros Públicos de Economia Solidária (Cesol) e a democratização de acesso a recursos públicos através do lançamento de editais. Além de contribuições recebidas de experiências anteriores à construção da política pública em outras esferas de poder em nível município e federal.

Os recursos destinados ao programa no exercício do Plano Plurianual (PPA) 2008-2011 giram em torno de R\$ 157,6 milhões, um valor expressivo, levando em conta o que vem sendo direcionado à políticas de apoio e fomento à Economia Solidária. Parte desse recurso é proveniente do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza do Estado da Bahia (FUNCEP).

Entre os pontos críticos identificados na ação, destacam-se os seguintes: falta de capital de giro, dificuldade de acesso ao crédito, pouca comercialização, tecnologias defasadas, insuficiente capacitação técnica e gerencial e formação sociopolítica, insuficiência de entidades de apoio, falta de padrões gerenciais adequados e incipiente atuação em rede, os quais dificultam a sua sobrevivência.

O Programa Bahia Solidária, diante deste quadro, prevê ações de fomento, formação, divulgação e crédito produtivo aos trabalhadores e trabalhadoras da Economia Solidária da Bahia, promovendo ações e instrumentos para a organização e sustentabilidade de empreendimentos econômicos solidários, e na consolidação de um marco jurídico para Economia Solidária. A operacionalização do Bahia Solidária é feita através das três coordenações que compõem a Sesol: a Coordenação de Fomento (COFES), a Coordenação de Formação e Divulgação (COFD), e a Coordenação de Microcrédito e Finança Solidária (COMFIS).

## Fomento

As ações de fomento estão relacionadas ao investimento e à assistência técnica a empreendimentos solidários, além da articulação setorial destes empreendimentos em redes de produção. Elas acontecem por intermédio do CESOLS e são espaços de apoio e prestação de serviços voltados às organizações solidárias, fomentando e apoiando os empreendimentos e as iniciativas para a geração de trabalho e renda. Os serviços oferecidos são de consultoria organizacional, comercial, para designer, produtiva, contábil e jurídica (legalização, orientações previdenciárias e trabalhistas e normatização técnica para os produtores, microcrédito orientado e finanças solidárias); qualificação em economia solidária, associativismo e cooperativismo; desenvolvimento de técnicas comerciais e de comércio justo e solidário; desenvolvimento e uso de tecnologias associadas; espaço para eventos, atividades culturais, reuniões de fóruns e redes de economia solidária; articulação de ações de desenvolvimento local e territorial. Além

disso, desenvolvem-se ações importantes na melhoria das estruturas físicas e produtivas dos empreendimentos solidários.

O apoio direto aos empreendimentos promove, junto com outras ações de qualificação e de criação de redes de comercialização, a instrumentalização e a organização dos pequenos produtores, tendo em vista a sustentabilidade de suas iniciativas econômicas e produtivas. Esta ação é realizada por meio de convênios com entidades públicas e privadas sem finalidade lucrativa que executam projetos em Economia Solidária no âmbito local ou municipal.

## Formação e Divulgação

No âmbito da formação e divulgação estão as ações relativas à formação dos trabalhadores, gestores públicos e entidades de apoio e fomento. As ações referem-se à implantação de incubadoras de empreendimentos econômicos solidários, atividades de formação de educadores para atuação em economia solidária, divulgação da economia solidária no Estado, realização e apoio de eventos de economia solidária, apoio ao mapeamento nacional dos empreendimentos econômicos solidários e a construção do marco legal da economia solidária da Bahia.

A criação e o fomento às incubadoras de empreendimentos econômicos solidários têm como objetivo melhorar as condições dos EESs, por meio da transferência de tecnologia social em gestão e produção, além de desenvolver ações sociais e políticas com os coletivos solidários.

Além da formação, também é importante para o fortalecimento da economia solidária o trabalho de divulgação. A utilização das ferramentas de comunicação como instrumento efetivo de difusão dos princípios da economia solidária possibilita o fortalecimento do movimento e o acesso da sociedade aos empreendimentos, contribuindo para o incremento da renda.

## Marco Legal da Economia Solidária da Bahia

O desenvolvimento da política pública de Economia Solidária no Estado sofreu dificuldades iniciais devido ao caráter inédito das ações e pela falta de um marco institucional adequado. Após um processo de consultas, elaborou-se um projeto de lei que foi apresentado para apreciação pela Assembleia Legislativa em 2008, e que em 2013 foi aprovada como Lei nº 12.368.

## Microcrédito e Finanças Solidárias

O acesso ao crédito tem sido uma das grandes reivindicações dos EESs. Um primeiro passo foi dar continuidade ao CrediBahia, operacionalizado pela Setre em parceria com agências de fomento e com os municípios, por meio dos recursos da Agência de Fomento do Estado da Bahia.

O objetivo do programa é conceder crédito de forma ágil e desburocratizada aos empreendedores de pequenas unidades produtivas com juros abaixo do mercado, estimulando, assim, a geração de ocupação e renda. O crédito é concedido a pessoas físicas empreendedoras de atividades produtivas comerciais de pequeno porte, com pelo menos seis meses de funcionamento, no valor mínimo R\$ 200 e máximo de R\$ 5.000.

Apesar da limitação quanto à concessão de crédito para cooperativas e associações, o programa viabiliza uma alternativa através do aval solidário. Formando um grupo de três a cinco pessoas, com valores individuais entre R\$ 500 e R\$ 1.000, cada grupo consegue até R\$ 5.000. A taxa de juros é de 1,8% ao mês (a.m.) para o primeiro empréstimo que, se pago em dia, é reduzido para 1,5% a.m. para os subsequentes.

O CrediBahia possui 153 postos de atendimento em 152 municípios do estado, a maioria deles (57%) nas regiões de semiárido. Desde a sua implantação, em abril de 2002, até 31 de dezembro de 2008, o CrediBahia já beneficiou 42.714 contratos liberados para pequenos



empreendedores, disponibilizando R\$ 57 milhões de crédito. Destes, cerca de R\$ 31,5 milhões foram emprestados no último biênio. Nesse sentido, está em fase final de formatação uma linha de crédito para empreendimentos associativos/cooperativos, com aporte inicial de um R\$ 1 milhão, com perspectiva de ampliação para mais R\$ 1 milhão, caso se esgotem os recursos iniciais. Esta linha de crédito deverá ser lançada no primeiro semestre de 2009 (OLIVA, REIS e MEIRA, 2009).

## Conhecendo algumas experiências inspiradoras

São exemplos dos projetos setoriais:

Cadeia Produtiva do Algodão agroecológica:

[www.neaufrgs.files.wordpress.com/2011/05/rede-justa-trama-gomesheidrich1.pdf](http://www.neaufrgs.files.wordpress.com/2011/05/rede-justa-trama-gomesheidrich1.pdf);

Cadeia Produtiva da Apicultura: [www.unisolbrasil.org.br](http://www.unisolbrasil.org.br);

Cadeia Produtiva da Música Independente, Agroecologia e Extrativismo sustentável: CONCRAB;

Rede de Mandioca: [www.redemandioca.wordpress.com](http://www.redemandioca.wordpress.com);

Rede Sabor Natural do Sertão: [www.dosertao.com.br](http://www.dosertao.com.br);

Rede do Mel.

## ● Links úteis

Cadeia Ecológica do Algodão Solidário [www.justatrama.com.br](http://www.justatrama.com.br);

Cadeia Produtiva do Caju: [www.cooperacaju.com.br](http://www.cooperacaju.com.br);

Cadeia Produtiva do Mel: [www.casaapis.com.br/pt-br/](http://www.casaapis.com.br/pt-br/)

# Referências Bibliográficas

ARRUDA, Marcos. Redes que tecem Democracia e Liberdade. Fórum Brasileiro de Economia Solidária. 2005 Acesso: [www.bes.org.br/2005/07/29/redes-que-tecem-democracia-e-liberdade](http://www.bes.org.br/2005/07/29/redes-que-tecem-democracia-e-liberdade)

BRASIL. ODM. Programa Santo André Mais Igual. (2005). Acesso: [www.odmbrasil.gov.br/sobre/vencedores/1a-edicao-2005/santo-andre-mais-igual?set\\_language=pt-br](http://www.odmbrasil.gov.br/sobre/vencedores/1a-edicao-2005/santo-andre-mais-igual?set_language=pt-br)

CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, Secretária Nacional de Economia Solidária, Ministério do Trabalho e Emprego, **Anais da I Conferência Nacional de Economia Solidária – Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento**, 2006, Disponível em [http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080812B-35FA90012B495A545B56F3/conf\\_anais.pdf](http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080812B-35FA90012B495A545B56F3/conf_anais.pdf)

CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, Secretária Nacional de Economia Solidária, Ministério do Trabalho e Emprego, **Documento Final da II Conferência Nacional de Economia Solidária – Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável**, 2010, Disponível em: [http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C812D36A28000013731C8C25D7CEE/II\\_coanes\\_documento\\_final.pdf](http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C812D36A28000013731C8C25D7CEE/II_coanes_documento_final.pdf)

CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, Secretária Nacional de Economia Solidária, Ministério do Trabalho e Emprego, **Documento Final da III Conferência Nacional de Economia Solidária - Construindo um Plano Nacional da Economia Solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável**, 2014, Disponível em: <http://acesso.mte.gov.br/ecosolidaria/iii-conaes/>

CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, Secretária Nacional de Economia Solidária, Ministério do Trabalho e Emprego, **Documentos das Conferências Nacionais de Economia Solidária**, 2006/2014, Disponível em: <http://acesso.mte.gov.br/ecosolidaria/conferencia-nacional-de-economia-solidaria/>

CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, Secretária Nacional de Economia Solidária, Ministério do Trabalho e Emprego, **1º Plano Nacional de Economia Solidária – Para Promover o Direito de Produzir e Viver de Forma Associativa e Sustentável**, 2015/2019, Disponível em: <http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A-7C816A4DA189CA014E08B32F33104B/Plano%20Nacional%20de%20Economia%20Solid%C3%A1ria.pdf>

DE ESTOCOLMO, Declaração. Declaração de Estocolmo. 1972. Acesso: [www.apambiente.pt/\\_zdata/Politicis/DesenvolvimentoSustentavel/1972\\_Declaracao\\_Estocolmo.pdf](http://www.apambiente.pt/_zdata/Politicis/DesenvolvimentoSustentavel/1972_Declaracao_Estocolmo.pdf)

DE FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional. Editora da UFRGS, 2006.

EASYCOOP COOPERATIVA EM REVISTA. Cooperativa itajaiense participa da produção das sacolas oficiais do Fórum Social Mundial. 2010. Acesso: [www.cooperativismo.org.br/noticias/View.aspx?id=10851](http://www.cooperativismo.org.br/noticias/View.aspx?id=10851)

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária e o projeto de outra mundialização. Dados, v. 47, n. 4, p. 799-834, 2004. Acesso: [www.scielo.br/pdf/dados/v47n4/a06v47n4.pdf](http://www.scielo.br/pdf/dados/v47n4/a06v47n4.pdf).

GOULART, Sueli. Uma abordagem ao desenvolvimento local inspirada em Celso Furtado e Milton Santos. Cadernos Ebape. BR, v. 4, n. 3, p. 01-15, 2006. Acesso: [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-39512006000300004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512006000300004)

INSTITUTO BANCO PALMAS. O que é um Banco Comunitário? 2017. Acesso: [www.institutobancopalmas.org/o-que-e-um-banco-comunitario/](http://www.institutobancopalmas.org/o-que-e-um-banco-comunitario/)

INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL. Revista Conhecimento e Cidadania 1 – Tecnologia Social. São Paulo,2007.

LABORATÓRIO INTERDISCIPLINAR de ESTUDOS em GESTÃO SOCIAL-LIEGS - Relatório do II Encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários. Universidade Federal do Ceará. Ceará, 2007

KRAICHETE, Gabriel. Economia dos Setores Populares e Inclusão Socioproductiva: Conceitos e Políticas Públicas. Mercado de Trabalho, IPEA. Acesso: [www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt52\\_econ03\\_economiadossetores.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt52_econ03_economiadossetores.pdf)

LIANZA, Sidney; HENRIQUES, Flavio Chedid (org). A Economia Solidária na América Latina : realidades nacionais e políticas públicas. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Ministério do Trabalho. Rio de Janeiro,2012

MANCE, Euclides André (org.). Como organizar redes solidárias. Instituto de Filosofia da Libertação. Editora DP&A. Rio de Janeiro,2003.

METELLO, Gomes Daniela. Os benefícios da associação em cadeias produtivas solidárias: o caso da justa trama – cadeia solidária do algodão agro ecológico. Dissertação de Pós Graduação de Engenharia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007. Acesso: [www.rededegestoresecosol.org.br/wp-content/uploads/2016/03/tcc\\_os\\_beneficios\\_da\\_assoc\\_em\\_cadeias\\_produtivas\\_daniela\\_metello1.pdf](http://www.rededegestoresecosol.org.br/wp-content/uploads/2016/03/tcc_os_beneficios_da_assoc_em_cadeias_produtivas_daniela_metello1.pdf)

OLIVA, Helbeth; REIS,A. Tatiana; MEIRA, Ludmila. Economia Solidária no Governo da Bahia. Mercado de Trabalho. INSTITUTO de PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. 2009. Acesso em: [www.repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4068/1/bmt39\\_07\\_ES2Helbeth\\_Tatiana\\_Ludmila.pdf](http://www.repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4068/1/bmt39_07_ES2Helbeth_Tatiana_Ludmila.pdf)

PASSONI, Irma; GARCIA, D. Jesus Carlos. Desenvolvimento Local Participativo: Nosso lugar é a gente que faz. INSTITUTO de TECNOLOGIA SOCIAL. São Paulo,2007

RIBEIRO, Zema. Rede Mandioca como experiência de desenvolvimento territorial sustentável. Quitanda Rede Mandioca. Centro de Referência Estadual da Agricultura Familiar. Maranhão, 2008. Acesso: [www.redemandioca.wordpress.com/2008/11/14/rede-mandioca-como-experiencia-de-desenvolvimento-territorialsustentavel/](http://www.redemandioca.wordpress.com/2008/11/14/rede-mandioca-como-experiencia-de-desenvolvimento-territorialsustentavel/)

SANTOS, Boaventura de Sousa et al. Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, v. 3, 2002.

SANTOS, Milton. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. In: Milton Santos. Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SOUSA, Marcelo Inácio. Economia Solidária como alternativa e crítica ao capitalismo. Fórum Brasileiro de Economia Solidária. 2017. Acesso: [www.cirandas.net/fbes/economia-solidaria-no-brasil/economia-solidaria-como-alternativa-e-critica-ao-capitalismo](http://www.cirandas.net/fbes/economia-solidaria-no-brasil/economia-solidaria-como-alternativa-e-critica-ao-capitalismo).

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Avanços e Desafios para as Políticas Públicas de Economia Solidária no Governo Federal (2003/2010). Relatório Parcial. Brasília, 2011. Acesso: [www.pt.slideshare.net/sergiobarcellos/relatrio-avaliaco-senas-20032010](http://www.pt.slideshare.net/sergiobarcellos/relatrio-avaliaco-senas-20032010)

SEGUNDO, João Joaquim M. Neto. Bancos Comunitários: Uma prática de Finanças Solidárias no Brasil. Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2014. Acesso: [www.fbes.org.br/2014/01/16/bancos-comunitarios-uma-pratica-de-financas-solidarias-no-brasil/](http://www.fbes.org.br/2014/01/16/bancos-comunitarios-uma-pratica-de-financas-solidarias-no-brasil/)